

Políticas públicas para o desenvolvimento rural: redes, formuladores, arenas e modalidades

Public policies for rural development: networks, formulators, arenas and modalities

DOI: 10.46814/lajdv3n4-003

Recebimento dos originais: 01/05/2021

Aceitação para publicação: 31/06/2021

Gabriel Magalhães Rodrigues

Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Km 07, BR 465, Seropédica – Rio de Janeiro – RJ
E-mail: gabrimagalhaes@gmail.com

Marcio Silva Borges

Doutor em Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária
Departamento de Administração e Turismo e Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Territorial e Políticas Públicas
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Avenida Governador Roberto Silveira, s/n, Nova Iguaçu – RJ
E-mail: msborges@hotmail.com

Juliana da Silva Virginio

Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Rua Amâncio da Rocha Branco, nº 67, São José do Vale do Rio Preto – RJ
E-mail: juliana.virginio@gmail.com

Carolina Gomes Vergnano

Especializada em Literatura e Graduada em Administração
Bolsista PIBIC - Cota CNPq e UFRRJ
Departamento de Administração e Turismo
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Rua Capistrano de Abreu, Nova Iguaçu – RJ
E-mail: carolvergnano@gmail.com

RESUMO

O processo de desenvolvimento ou subdesenvolvimento de um território está relacionado a fatores endógenos e exógenos que interagem dialeticamente, e que não podem ser ignorados no processo pelo qual passa uma política pública. Este trabalho consiste em realizar uma argumentação relacionando importantes conceitos presentes no campo das políticas públicas às atuais políticas voltadas ao desenvolvimento rural brasileiro, sobretudo as direcionadas à agricultura familiar. Para isso, primeiramente será realizado um levantamento bibliográfico apresentando conceitos vinculados ao campo das políticas públicas e do desenvolvimento rural. Em seguida, à luz desses conceitos serão discutidas as políticas públicas destinadas ao meio rural brasileiro, evidenciando as redes políticas, os

formuladores, as arenas decisórias e modalidades, e trazendo exemplos de políticas existentes ou pré-existentes. Por fim, serão feitas as devidas considerações a respeito da importância da compreensão dos conceitos para obtenção de resultados positivos nas políticas públicas. É notória a necessidade de atribuir um novo significado ao termo rural, que leve em conta não só a vocação produtiva agrícola, mas a diversidade produtiva, geográfica, social e cultural presente nesses territórios. Na prática essas mudanças, mesmo que sejam conflituosas, são de extrema importância para a melhoria da qualidade de vida de boa parte dos habitantes do meio rural, e conseqüentemente do urbano. Por isso é fundamental compreender bem a razão da existência, os objetivos, o funcionamento e os resultados de uma política pública, bem como a complexidade relacionada ao território e aos processos nele perpassados, para que seja possível propor alternativas capazes de tornar as ações do poder público mais eficientes e equitativas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural, Políticas Públicas, Policy Networks, Policy Makers, Policy Arena.

ABSTRACT

The development or underdevelopment process of a region is related to endogenous and exogenous factors that interact dialectically, and that can't be ignored in the process through which passes a public policy. This work consists in making an argument relating important concepts in the field of public policy to the current policies aimed at the Brazilian rural development, especially aimed at family farming. For this, it will be first carried out a literature presenting concepts related to the field of public policy and rural development. Then, in the light of these concepts, public policies for the Brazilian rural areas will be discussed, highlighting the political networks, formulators, making tiers and arrangements, and bringing examples of existing or pre-existing policies. Finally, due consideration will be made about the importance of understanding the concepts for achieving positive results in public policy. It is notorious the need to give new meaning to the rural term that takes into account not only the agricultural productive vocation, but the productive, geographic, social and cultural diversity present in these territories. In practice these changes, even if they are conflicting, are extremely important to the improvement of much of the quality of life of the inhabitants of rural areas and hence the urban. Therefore it, is essential to understand well the reason of existence, the objectives, the operation and the results of public policy, and the complexity related to the territory and the processes it passed, so you can propose alternatives that make more efficient and equitable public actions.

Key words: Rural Development, Public Policy, Policy Networks, Policy Makers, Policy Arena.

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O debate acerca das relações entre políticas públicas e desenvolvimento no meio rural brasileiro pode se apresentar como relativamente recente. Todavia, esta é uma questão que está atrelada ao processo de colonização e divisão das terras do país, passando pela consolidação das grandes propriedades rurais, seguros agrícolas, políticas de ocupação do interior do território, modernização da agricultura, êxodo rural, crescimento da agroindústria, do agronegócio, da

agricultura familiar, debate da educação e permanência da juventude no campo, entre outros acontecimentos.

A análise do contexto em que estão inseridas essas políticas, sobre as diferentes perspectivas das correntes teóricas das políticas públicas¹, auxilia na obtenção de uma visão mais clara sobre os processos percorridos, problemas encontrados e possíveis caminhos a serem tomados pelos agentes da sociedade, para a construção de um meio rural e urbano mais desenvolvido, livre e menos desigual.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é realizar uma argumentação situando as principais correntes teóricas presentes no campo das políticas públicas ao contexto das atuais políticas voltadas ao desenvolvimento do meio rural brasileiro, sobretudo as direcionadas à agricultura familiar. Como objetivo específico, tem-se de analisar algumas modalidades de políticas públicas, instituições e arenas decisórias direcionadas ao desenvolvimento rural no Brasil.

Para isso, primeiramente serão apresentados no referencial teórico conceitos vinculados ao campo das políticas públicas e do desenvolvimento rural. Em seguida, serão discutidas as políticas públicas destinadas ao meio rural brasileiro, evidenciando as instituições e arenas decisórias, exemplos de políticas existentes os pré-existentes e suas modalidades.

Os conceitos trazidos do campo das políticas públicas por autores como Simon (1957), Lowi (1972) e Kickert *et al.* (1997) e também do campo do desenvolvimento rural por pesquisadoras como Wanderley (1998), Kageyama (2004), e Schneider e Grisa (2015), foram os utilizados para relacionar essa nova visão do rural ao processo no qual está inserido uma política pública.

Os trabalhos de Frei (2000) e Souza (2006) são importantes quando se trata da análise de políticas públicas para o Brasil, contendo conceitos relevantes, mas sem colocar ênfase na importância da compreensão daqueles conceitos para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais. Freitas *et al.* (2012), por sua vez, discute a influência da mudança do conceito de desenvolvimento rural nas políticas públicas, diferente de Grisa e Schneider (2015) que classificam as políticas públicas destinadas à agricultura familiar em três gerações. Todos esses trabalhos representam esforços intelectuais para a área de políticas públicas e desenvolvimento rural, todavia nenhum deles se dedicou a analisar de forma mais abrangente as relações diretas entre os conceitos trazidos do campo das políticas públicas e a realidade vivida no mundo rural brasileiro, conforme propõe este trabalho.

¹ por exemplo, *policy analysis, policy makers, policy networks, policy arena, policy cycle.*

1.2 PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

A sociedade moderna é organizada por meio de leis, acordos, convenções e pactos que podem ser firmados ou formalizados com o auxílio de algumas entidades. Esses elementos que coordenam o arranjo social e econômico podem ser chamados de instituições. North (1981) afirma que as instituições podem ser interpretadas como sendo as regras de um certo jogo, que determinam o que os jogadores podem e não podem fazer. Elas devem conduzir a uma organização eficiente da sociedade, levando em conta fatores como o contexto histórico (*path dependence*) e a busca por bem estar social.

Entendendo as políticas públicas como parte componente do arranjo institucional brasileiro, sua análise se torna critério fundamental para a promoção e manutenção de um desenvolvimento sustentado, tanto no meio urbano quanto no rural, uma vez que, conforme define Dye (1984), uma política pública é uma ação (ou não ação) do governo frente às grandes questões públicas.

Para Souza (2006), as últimas décadas registraram o ressurgimento da importância da área de conhecimento denominada políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação, graças à adoção de políticas restritivas de gasto, novas visões sobre o papel do Estado, e a ausência de coalizões políticas capazes de apontar uma solução para problemas de desenvolvimento econômico e inclusão social.

Dessa forma, torna-se essencial deixar claro qual é a importância do conhecimento dos conceitos de políticas públicas para a análise das atuais políticas de desenvolvimento rural brasileiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas são partes componentes do arranjo institucional mundial e também do brasileiro, e sua análise é critério fundamental para a promoção e manutenção de um desenvolvimento sustentado, tanto no meio urbano quanto no rural. De fato, ainda não existe consenso na literatura no que diz respeito a uma definição clara do termo Políticas Públicas. Uma definição interessante é apresentada por Rua (1998), que entende uma política pública como um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos.

Mead (1995) acredita que o estudo de política pública deve contemplar a ação do Estado diante das grandes questões públicas. No entanto, instituições privadas também podem elaborar políticas públicas, desde que estejam relacionadas à *res pública*, como mostra Schneider (2006), utilizando a expressão “redes de políticas públicas” para explicar que a problematização, deliberação, implementação e processamento de uma política são processos, inseridos em redes, que envolvem organizações públicas e privadas.

Dessa forma, uma política pública também pode ser entendida como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente, recebendo demandas dos partidos políticos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos (EASTONE, 1965).

A *policy analysis* é uma expressão criada nos anos 1930, que entendia a análise de políticas públicas como uma forma de conciliar conhecimento científico e acadêmico com a práxis do governo, devendo estar focada em responder quem ganha, o que ganha, porque ganha e que diferença faz. Aproximadamente trinta anos após, surgiria o conceito de racionalidade limitada dos elaboradores de políticas públicas (*policy makers*), que estaria relacionada a informações imperfeitas, escassez de tempo para tomada de decisão e auto interesse dos agentes, por exemplo, mas que poderia ser minimizada por meio de conhecimento racional (LASWELL, 1936; SIMON, 1957).

Outra maneira de minimizar o fenômeno da racionalidade limitada, ou pelo menos proporcionar uma participação ativa com discussões das demandas de múltiplos agentes da sociedade, é a gestão social nas políticas públicas. Esse termo é relativamente recente e, segundo Cançado, Sausen e Villela (2013), sugere deliberações coletivas, sem coerção, baseadas na dialogicidade e no entendimento e com a finalidade da emancipação.

Lindblom (1959; 1979) se diferenciou de Laswell e Simon e sugeriu a adição de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, aproximando-se da ideia de *Policy Networks*.

O termo acima é bem definido por Kickert *et al.* (1997) quando afirma que as redes de políticas públicas podem ser consideradas padrões estáveis de vínculos sociais entre atores interdependentes em relação a determinados problemas ou programas de políticas públicas.

Lowi (1972) afirma que as relações nas quais está inserida uma política pública estão dentro de uma *policy arena* (arena política) em que as expectativas das pessoas afetadas pelas políticas têm efeitos antecedentes para o processo político de implementação. Essas arenas representam relações interativas entre os formuladores de políticas públicas.

A mais conhecida tipologia sobre políticas públicas foi desenvolvida por Lowi (1972) que propunha que uma política pública (ou arena da política pública) poderia ser distributiva, redistributiva, regulatória ou constitutiva, sendo que cada tipo de política pública tende a encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição em suas respectivas arenas.

As arenas distributivas (por exemplo, algumas políticas de educação, saúde, segurança, defesa, saneamento, habitação, renda, benefícios...) alocam bens e serviços, tendo seus benefícios claramente concentrados em uma área, localidade, setor, grupo ou segmento populacional, e seus custos dispersos entre todos os contribuintes. As arenas redistributivas (por exemplo, reforma agrária) transferem diretamente bens materiais, direitos e outros valores de um grupo ou classe social para outra, sendo

que seus benefícios e custos são claramente definidos e concentrados em classes ou categorias sociais (RUA, 1997).

Já as arenas regulatórias (por exemplo, códigos de trânsito, leis ambientais, leis trabalhistas...), estabelecem imperativos e proibições que limitam o poder discricionário dos indivíduos e das organizações, tendo seus benefícios dispersos entre os grupos ou classes caracterizadas por interesses exclusivos, e seus custos concentrados em categorias ou grupos. Por fim, as arenas constitutivas (por exemplo, constituição federal e estaduais, regimes legislativos...) estabelecem ou alteram as regras para outras decisões, ou seja, as condições gerais sob as quais serão negociadas as demais arenas (RUA, 1997).

Cabe aqui ressaltar que existem diferenças entre os termos *Polity*, *Politics* e *Policy*. Apesar da escassez de termos na língua portuguesa para distinguir precisamente esses conceitos, Couto e Arantes (2002) indicam que *Polity* diz respeito às regras gerais do jogo político (normatividade constitucional), ao passo que *Politics* está mais relacionado ao jogo político em si (embates e coalizões políticas) e *Policy* estaria mais ligado aos resultados do jogo político (normatividade governamental).

Outro conceito importante é o de *Policy Cycle* ou Ciclo das Políticas Públicas que Frei (2000), reunindo as ideias de alguns autores renomados, define em cinco fases interdependentes e sem sequência temporal definida, sendo elas a percepção e definição de problemas, a agenda *setting*, a elaboração do programa e decisão, a implementação, e a avaliação e eventual correção da ação.

O Quadro 1 explicita os conceitos escolhidos, no campo das políticas públicas, para aprofundar essa discussão e a utilização deles no trabalho, bem como os autores proponentes. As políticas públicas estão presentes tanto no meio urbano quanto no meio rural. Na atualidade é difícil mensurar os limites destes meios, uma vez que eles se mostram complementares e indissociáveis, devido aos meios de transporte, comunicação e à integração produtiva e social de uma maneira geral. Hoje, o urbano já conta com atividades agrícolas, o rural com atividades industriais, e a urbanização chega a todos os lugares, mesmo que seja de maneira virtual, como mostram Floriani, Rios e Floriani (2013).

Quadro 1- Políticas Públicas: autores, conceitos e utilização

Autor/Referência	Teoria/Conceito	Utilização
Kickert <i>et al.</i> (1997)	Policy Networks	Realizar uma revisão histórica para visualizar os padrões de relações sociais entre os atores, em relação aos problemas de políticas públicas rurais.
Simon (1957)	Policy Makers	Identificar os principais formuladores das atuais políticas direcionadas ao desenvolvimento rural brasileiro.

Lowi (1964)	Policy Arena	Situar as modalidades de políticas destinadas a meio rural brasileiro às diferentes arenas políticas.
-------------	--------------	---

Fonte: Elaboração própria.

2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL

Dentro dessa aparente dialética urbano/rural é possível traçar algumas diferenças ainda perceptíveis, que podem auxiliar no planejamento de ações destinadas a estes universos, objetivando o desenvolvimento. Algumas delas são as diferenças *ambientais* (trabalhadores mais expostos a variações climáticas no mundo rural), de *tamanho das comunidades* (caráter da atividade agrícola dificulta a concentração em grandes comunidades), de *densidade populacional* (quanto maior a densidade, mais urbano), na homogeneidade da população (maior homogeneidade psicossocial nas comunidades rurais), na *complexidade e mobilidade social* (menor complexidade e mobilidade social nas comunidades rurais), no *sistema de integração social* (mais relações diretas no mundo rural, indo além da “roupagem social”), entre outras. (SOROKIN,1986)

Ao longo do tempo, a expressão desenvolvimento rural passou por grandes mudanças de sentido, de simples progresso econômico e tecnológico com expansão das atividades agrícolas, à constituição de um espaço integrado, pluriativo e que engloba crescimento, mas também desenvolvimento².

Terluin (2003) conceitua o desenvolvimento rural como desenvolvimento econômico em áreas rurais, que pode ser estudado nos campos da economia rural, sociologia rural, geografia rural, demografia e outros, e que pode tomar três enfoques: desenvolvimento exógeno, desenvolvimento endógeno, e uma combinação dos dois.

Desenvolvimento, para Sen (2010), vai além do crescimento econômico, da industrialização, do progresso tecnológico e da modernização social. As disposições sociais e econômicas, a exemplo dos serviços de educação e saúde, e os direitos civis, como a liberdade política, são tidos como exemplo de fatores de promoção de liberdades substantivas e conseqüentemente de desenvolvimento.

Atualmente ainda existem muitas maneiras de entender o termo desenvolvimento rural, elas podem levar em conta diversos aspectos desse ambiente como um maior nível de bem estar social, ou maior produto e renda oriundos dessas áreas, ou ainda uma grande diversidade de atividades econômicas, maior tecnificação, preservação do ecossistema e da agro biodiversidade, permanência da população no campo, distribuição e uso de terras, educação rural, entre outros.

² Bresser Pereira (2008), em sua nota “Crescimento e desenvolvimento econômico” realiza uma revisão teórica e define bem as diferenças entre crescimento e desenvolvimento. Grosso modo, o primeiro estaria mais relacionado a expansão do produto e o segundo à melhoria das condições gerais de vida.

O desenvolvimento rural também pode estar relacionado às atitudes e *práxis* direcionadas à redução da pobreza nesses territórios, buscando, assim como na perspectiva da gestão social, estimular a participação dos habitantes para que eles decidam as prioridades para a mudança. (ELLIS, 2001)

Kageyama (2004) realizou uma revisão bibliográfica sobre o tema do desenvolvimento rural, e concluiu que, dentre as diversas definições apresentadas para o termo, uma ideia comum a todas era a de que o desenvolvimento rural deve levar em consideração o aspecto econômico (estabilidade e elevação da renda familiar) e social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável), buscando a diversificação das atividades geradoras de renda em uma dada base territorial, local ou regional.

O desenvolvimento do meio rural também passa pelas questões agrícolas (produção agropecuária), agrárias (regulação e distribuição de terras), territoriais (participação popular, cultura e identidade, arranjos produtivos locais), ambientais (conservação e proteção), e sociais (previdência, benefícios, habitação).

Sendo assim, nesta reflexão há que se considerar a importância das políticas públicas inclinadas para a pesquisa e extensão, que buscam apresentar este desenvolvimento sustentável e sustentado. A agricultura brasileira tornou-se uma das principais e mais competitivas do mundo como consequência de uma rede de pesquisa estruturada de forma capilarizada e competente, a fim de atender às demandas e peculiaridades de cada região deste país com dimensões continentais. Notavelmente, pode ser citada a criação da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), em 1973, como marco do processo de desenvolvimento da agricultura. Além desta, com suas 46 unidades espalhadas pelo Brasil, existem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e as universidades públicas federais e estaduais, que contribuem para a formação de milhares de profissionais para atuarem como promotores do desenvolvimento rural (STUMPF JUNIOR; BALSADI, 2015).

A inclusão produtiva e a redução da pobreza rural evidenciam a importância da pesquisa como pilar de políticas públicas em prol do fortalecimento da agricultura. Além destes, alguns elementos podem ser considerados chave na atual discussão do desenvolvimento rural, como os mercados abertos, intensificadores da competitividade; as cadeias agroalimentares; mas também uma diversidade de iniciativas alternativas ao padrão técnico dominante. (SCHNEIDER, 2004; STUMPF JUNIOR; BALSADI, 2015).

Chamados “pequenos agricultores” até duas décadas atrás, os agricultores familiares sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no país (GRISA, 2015, p.20). Por isso, se faz necessário destacar a trajetória do reconhecimento da agricultura familiar associada a determinados períodos ou

“gerações” a fim de ressaltar com se deram as relações entre Estado e sociedade civil. A agricultura familiar aparece intrínseca a diversas questões relacionadas ao desenvolvimento do meio rural, como as questões agrícolas, uma vez que realizam práticas produtivas na agricultura e também na pecuária, e questões agrárias, dado que são proprietários, ocupantes e meeiros. Está também diretamente relacionada às questões ambientais, sociais e econômicas. Com o passar do tempo, diante de mudanças históricas e lutas políticas, a agricultura familiar tornou-se uma categoria social e ocupa espaço na pauta das políticas públicas.

O Quadro 2 explicita os conceitos escolhidos, no campo do desenvolvimento rural, para aprofundar essa discussão e a utilização deles no trabalho, bem como os autores proponentes. Tendo expostos esses conceitos, é necessário adequá-los às atuais políticas públicas direcionadas ao mundo rural brasileiro, para que se possa compreender de maneira mais clara o funcionamento e propor alternativas que busquem melhores resultados. Dessa maneira, torna-se possível passar à identificação de algumas políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural brasileiro, o contexto em que foram criadas, o tipo de modalidade em que elas se inserem, bem como as arenas decisórias a qual estão vinculadas.

Quadro 2- Desenvolvimento rural: autores, conceitos e utilização

Autor/Referência	Teoria/Conceito	Utilização
Kageyama (2004)	Desenvolvimento Rural	Apresentar o que é (ou deveria ser) o objetivo final das políticas públicas destinadas ao meio rural. Reflexões a partir desse conceito facilitam a compreensão das demandas advindas de muitos ocupantes do meio rural e urbano, podendo orientar as ações de forma mais coesa.
Wanderley (1998)	Agricultura Familiar	Demonstrar a relativa dualidade existente entre a agricultura familiar e a agricultura patronal, e o que isso implica no processo político.

Fonte: Elaboração própria.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO

Os teóricos que analisam as políticas públicas trazem conceitos importantes que podem ser relacionados ao contexto das políticas públicas rurais brasileiras, como é o caso do termo *Policy Networks* ou rede de políticas públicas.

Delgado (2005), observando o papel e o lugar do rural no desenvolvimento nacional a partir da década de 1970, concluiu que o papel imaginado pelas elites e os formuladores da política

econômica para a agricultura na economia nacional não foi fixo ao longo da história, mas de alguma maneira tem sido adaptado, em primeiro lugar, para responder aos estímulos do mercado externo ou para enfrentar as crises recorrentes do balanço de pagamentos, por meio do aumento das exportações, e, subsidiariamente, para dar conta do abastecimento alimentar interno. O lugar do rural, por sua vez, antigamente era central, e agora passou a ser subordinado ao urbano.

As mudanças nos conceitos de desenvolvimento rural, para Freitas (2012), exercem influências nas políticas públicas. O antigo desenvolvimento, associado principalmente ao progresso econômico, e o rural associado ao atraso ou simplesmente à agricultura, dão lugar ao novo rural, que tem considerado as questões sociais e políticas, além da produção, entendendo o mundo rural como um espaço integrado e de pluriatividade.

Esse fato acontece, como dito, devido às mudanças na dinâmica econômica, política e social. Após a Segunda Guerra Mundial, intensificou-se o processo de modernização da agricultura, com a implantação de parte dos maquinários e produtos químicos usados durante a guerra, adaptados para substituírem mão de obra humana e insumos agrícolas. Naquela época, acreditava-se que o rápido crescimento populacional, aliado a uma distribuição inadequada de alimentos, eram as principais causas da fome e da instabilidade política nas economias periféricas. Esse modelo denominado Revolução Verde³, segundo Crouch (1995), tinha como eixos a monocultura e a produção estável de alimentos, através da mecanização, uso de sementes geneticamente modificadas, pesticidas, herbicidas e irrigação.

No Brasil entre 1965 e 1979, de acordo com Martine (1991), duas visões distintas predominavam, a primeira defendia o aumento da produtividade por meio da reforma agrária (vertente camponesa/ familiar); e a segunda, que se concretizou, visava a adoção de pacotes tecnológicos pelos agricultores, entretanto sem tocar na questão fundiária (vertente patronal/empresarial). A predominância da segunda visão, devido à força política e econômica dos grandes produtores rurais e do regime autoritário que se instaurara, aumentou a exclusão dos agricultores familiares na participação do cenário econômico brasileiro, tanto pela falta de políticas de microcrédito condizentes à realidade desses agricultores, quanto pela manutenção da concentração de terras ociosas.

Martine (1991) ressalta que na primeira metade da década de 1980 o sistema de financiamento vigente para a agricultura fraquejou, todavia isso não significou uma redução no produto,

³ Como decorrência, a “revolução verde” também proporcionou uma grande contaminação desses produtos químicos em todo o ambiente abiótico (água, solo, ar) e biótico (seres vivos), causando danos ambientais e sociais em enorme escala. Sociais, porque a capacitação dos trabalhadores rurais não correspondeu à “invasão” de tais produtos. (MOREIRA *et al.* apud GENOVESE *et al.* 2021).

possivelmente pela plena maturidade daquele padrão agrícola. Na segunda metade dessa década, buscando estimular a produção para o mercado interno, foram adotados preços de garantia mais elevados para os produtos da cesta básica, taxas de juros reais negativas do crédito rural, aumentos no volume de crédito para custeio, investimento e sustentação de perdas, no entanto beneficiando, em geral, a agricultura patronal e não familiar.

Já na década de 1990, uma série de fatores resultaram em manifestações e atos por parte dos trabalhadores rurais organizados em movimentos sindicais, que tiveram como fruto políticas públicas específicas para a agricultura familiar. O ambiente democrático que se reinstaurara a partir de 1985, possibilitou ações mais incisivas dos trabalhadores rurais diante da contínua precarização das condições de vida no campo, concentração fundiária, massacres ocorridos no meio rural brasileiro e da escassez de infraestrutura e crédito.

A partir dos anos 2000, notou-se um relativo fortalecimento da agricultura familiar (no âmbito institucional e econômico) com a consolidação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a criação da Secretaria da Agricultura Familiar e a regulamentação da Lei da Agricultura Familiar. Esse fato foi possibilitado devido à boa governabilidade existente no governo Lula, eleito com apoio e participação de diversos partidos.

Fato é que as redes políticas relacionadas às políticas públicas de desenvolvimento rural brasileiras historicamente beneficiaram os agricultores mais capitalizados, por nosso passado baseado na monocultura de exportação e os efeitos disso na formação institucional, pelo próprio poder político proporcionado pelo acúmulo de capital (pensando na chamada “bancada ruralista”), mas também pela dinâmica da economia mundial. Esses agricultores mais capitalizados estão, em geral, inseridos no que é denominado agricultura patronal, esta que em muitos pontos é divergente da agricultura familiar, termos que serão melhor definidos na próxima subseção.

3.1 FORMULADORES DE POLÍTICAS

Primeiramente serão feitas considerações a respeito da relação do Estado com o espaço rural, e com os agricultores ou produtores rurais. Ainda nesta subseção à luz do conceito de *policy makers* (formuladores de política pública) serão evidenciados alguns agentes/atores e seus posicionamentos políticos.

Seguindo o pensamento de Zimmerman *et al.* (2014), o rural é um espaço social, político e cultural, de moradia e de vida econômica. Essas características, pelo menos no Brasil, não são levadas em consideração pelo Estado, prova disso é o Estatuto da Cidade que indica o rural como extensão do urbano, apontando uma proposta de urbanização do rural. É persistente a leitura do mundo rural puramente como espaço de produção, e até mesmo como tema residual. Constitucionalmente, uma

vez que o Imposto Territorial Rural (ITR) é arrecadado pela União, cabe a ela elaborar políticas públicas, reconhecer populações, desapropriar e até mesmo planejar esses espaços rurais.

Dentro deste mundo rural a agricultura, tanto familiar quanto patronal, recebe políticas públicas específicas. Na agricultura patronal, o processo produtivo é organizado por um capitalista (que, muitas vezes, arrenda a terra) e executado por um grande número de assalariados. Já na agricultura familiar, o modo de produção combina propriedade e trabalho, assumindo no tempo e no espaço uma diversidade de formas sociais. Nesse tipo de agricultura, a família é proprietária dos meios de produção e as transformações trazidas com a modernização não representam necessariamente uma ruptura com as categorias pré-existentes, desta maneira a agricultura familiar está intimamente relacionada ao desenvolvimento rural (DA VEIGA, 1996; WANDERLEY, 1998).

A agricultura familiar também demonstra uma melhor distribuição de renda quando comparada à patronal, uma vez que, em sua maioria, os próprios agricultores comercializam seus alimentos e produtos, sendo o lucro destinado diretamente aos trabalhadores. No entanto, não se pode ignorar também que dentro dos agricultores familiares existem grupos mais capitalizados e inseridos nas grandes cadeias agroalimentares domésticas e internacionais, o que não representa necessariamente um caminho para o desenvolvimento rural.

Essas duas categorias da agricultura recebem políticas públicas específicas e, de acordo com Vital e Sampaio (2011), possuem seus órgãos representativos, podendo-se citar como exemplo na agricultura patronal a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e no nível do poder público o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A CNA é uma instituição de nível nacional, com gestação em 1951 (Confederação Rural Brasileira), destinada a defender interesses de exportadores de café, cacau, algodão e carne. Atualmente, a Confederação abrange as Federações da Agricultura e Pecuária que atendem os estados e representam (ou deveriam representar) os sindicatos rurais. Apesar da CNA contemplar em seu trabalho pequenos, médios e grandes agricultores, seus presidentes geralmente são empresários do agronegócio nacional, e seus posicionamentos e demandas políticas tendem a favorecer os agricultores mais capitalizados.

A OCB, por sua vez, foi criada em 1969, e é um dos órgãos que realiza a representação político-institucional das cooperativas no Brasil, inclusive das ligadas ao meio rural. A atuação dessa organização está mais relacionada a grandes cooperativas de caráter empresarial e a cooperativas agropecuárias focadas na especialização da produção de commodities, e está menos relacionada aos empreendimentos populares, formado por agricultores familiares e trabalhadores urbanos ligados principalmente ao movimento da economia solidária (SANTOS; SILVA 2014).

Quando se trata da relação institucional do Estado com os agricultores e produtores é necessário dar atenção devida ao MAPA, ministério existente desde 1860, atual responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. Essa gestão das políticas públicas é realizada por meio de câmaras setoriais destinadas aos diferentes segmentos (elos da cadeia produtiva) do agronegócio, tendo um viés focalizado na esfera produtiva e mercadológica.

Já na agricultura familiar e classe trabalhadora, outros órgãos representativos pode ser citados, por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE), a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF - CUT), e no nível do poder público, até o dia 11/05/2016, era possível citar o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que foi fundido ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) por meio da criação da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, com a entrada do vice Michel Temer, após o afastamento da presidente Dilma Rousseff.

A Contag, fundada em 1960 (no contexto de forte atuação política e sindical), contava até 2013 com 27 Federações de trabalhadores na agricultura (FETAGs) e mais de 4000 sindicatos de trabalhadores rurais vinculados. Essa confederação tem como objetivo lutar pelos direitos dos habitantes do campo e da floresta, que são agricultores familiares, acampados e assentados da reforma agrária, assalariados rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos (CONTAG, 2016).

O DIEESE, criado em 1955 pelo movimento sindical brasileiro, inicialmente desenvolvia apenas pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores e, atualmente, atua em várias frentes do movimento sindical, subsidiando políticas públicas. Já a FETRAF nasceu em 2004 (a partir de rachas internos na Contag), vinculada ao sindicalismo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), buscando resgatar os princípios da liberdade sindical. Naquele período, a FETRAF contava com mais de 600 sindicatos filiados, e se posicionava em três frentes: organização sindical; desenvolvimento rural; e integração de políticas públicas (PORTAL CARTA MAIOR, 2004).

Quando se trata da organização dos agricultores familiares a nível de poder público, deve-se lembrar do inexplicavelmente extinto MDA. Esse ministério que teve sua origem em 1982 (Ministério extraordinário para assuntos fundiários) buscando captar e executar demandas por reforma e regularização fundiária, e foi renomeado para MDA apenas em 1999, redirecionando suas ações para além da reforma agrária, mas também para a busca do desenvolvimento sustentável no meio rural, tendo como público alvo os agricultores familiares, remanescentes de quilombos e ribeirinhos.

A estrutura básica desse ministério contava com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS que em 2003 tornou-se CONDRAF), órgão colegiado responsável por articular os diferentes níveis de governo e a sociedade civil. Com a extinção do MDA, é notório que a classe dos agricultores familiares tende a ficar enfraquecida, no que diz respeito à sua força e representatividade política diante do governo federal.

Esses órgãos representativos buscam elaborar e executar as políticas de maneira a atender as demandas dos agentes com maior poder de barganha, utilizando como meio de diálogo as câmaras setoriais e os conselhos, mecanismos estes que foram criados diante de pressões e conflitos realizados pelos agricultores e/ou produtores.

Os diversos agentes econômicos envolvidos no processo político apresentam suas propostas e se articulam para obter a aprovação de suas demandas, que podem se concretizar por meio da aprovação e implementação da política pública.

3.2 MODALIDADES E ARENAS POLÍTICAS

Algumas modalidades de políticas públicas estão diretamente vinculadas ao mundo rural. Muitas delas buscam assegurar safras, distribuir insumos produtivos, facilitar o crédito, melhorar as condições de saneamento e habitação, preservar o meio ambiente, criar mercados, entre outros.

As políticas agrárias dizem respeito à regulação e a redistribuição de terras (arenas regulatória e redistributiva), ao passo que as políticas agrícolas são caracterizadas pela relação com o processo de produção da agropecuária (arena distributiva). Já as políticas de desenvolvimento territorial são experiências mais recentes, e estão relacionadas ao espaço físico, costumes e práticas (arena distributiva).

As políticas de segurança alimentar dizem respeito ao abastecimento e a qualidade dos alimentos comercializados (arena regulatória). Políticas ambientais estão mais relacionadas à conservação e proteção do meio-ambiente (arena regulatória), e por fim as políticas sociais buscam obter melhorias na qualidade de vida de determinadas populações (arena distributiva).

A agricultura familiar, de uma maneira geral, está intimamente relacionada ao desenvolvimento rural, justamente por estar mais ligada à busca por melhores condições de trabalho e de vida no campo, à desconcentração da renda, à dinamização do mercado local e à preservação de saberes e da cultura tradicional.

Dentro deste ramo da agricultura, segundo Grisa e Schneider (2015), existiram basicamente três gerações de políticas públicas, sem sequência de tempo definida. A primeira atende a demandas mais agrícolas e agrárias, como crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, expansão da fronteira agrícola... As políticas da segunda geração têm um viés mais social e assistencial,

buscando a redução da pobreza e das desigualdades no meio rural, deixando à mercê a questão da inclusão produtiva e do mercado de trabalho. A terceira geração está mais pautada nos mercados para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental.

Como exemplo destas políticas públicas, é possível citar o Plano de Safra da Agricultura Familiar, Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), Selo da Agricultura Familiar (Sipaf), Programa de garantia de preços para a agricultura Familiar (PGPAF), Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) - no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, Programa Territórios da Cidadania (PTC), Programa Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os dois últimos dentro do Programa Fome Zero.

Todas essas políticas são resultado de anos de articulação e luta por parte dos antigos “pobres da terra” frente aos conflitos políticos, físicos, ideológicos e sociais. A análise do ciclo de cada uma dessas políticas públicas, bem como o tipo e a modalidade em que elas se inserem, os *policy makers* e arenas a elas relacionadas, e os efeitos e impactos dessas políticas nos público alvos e na sociedade como um todo auxiliam na elaboração de novas políticas ou no aperfeiçoamento das já existentes, podendo proporcionar assim melhores possibilidades de desenvolvimento rural com equidade social, crescimento econômico e equilíbrio ecossistêmico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou alguns conceitos básicos relacionados ao campo das políticas públicas e desenvolvimento rural, e também algumas das principais instituições vinculadas à formulação e implementação de políticas para o mundo rural no Brasil, buscando estabelecer uma conexão entre a teoria e a prática.

A concretização de políticas públicas para o desenvolvimento rural partiu de mobilizações de agricultores, ativistas do meio-ambiente, empresários do setor agrícola/ extrativista e energético, movimentos sociais, meios de comunicação e sociedade civil, dentro de um campo de constante conflito de interesses.

Nos últimos anos, o direcionamento das políticas rurais partiu mais para um referencial agrícola, tanto no que diz respeito às políticas para agricultura patronal, quanto para a agricultura familiar, podendo ser citados como exemplo programas de crédito agrícola e criação de mercados.

A recente extinção do MDA e criação da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, todavia, chama a atenção para a mudança de posicionamento dos *policy makers* mais influentes no processo político, quanto ao entendimento das políticas públicas de

desenvolvimento rural direcionadas à agricultura familiar, passando cada vez mais para um referencial social e assistencial, como as políticas da segunda geração. Além disso, essa atitude indica que a base do governo do vice presidente Michel Temer vê o MAPA como ministério estratégico para lidar com boa parte dessas questões do mundo rural.

No entanto, entendendo o desenvolvimento como mecanismo promotor de liberdade, é necessária uma ressignificação do mundo rural, passando a entendê-lo como complementar ao urbano, como meio diversificado, integrado e ao mesmo tempo imbuído de particularidades, atribuindo essas características nos ciclos das políticas públicas destinadas a este meio. A aplicação desses conceitos na prática é facilitada pela gestão social, que é baseada na participação popular, pautada em uma racionalidade dialógica, com um foco sociocêntrico.

Apesar de não terem sido apresentados com enfoque central, o debate da preservação e conservação ambiental e as políticas do Ministério do Meio Ambiente também estão diretamente relacionados ao difícil objetivo de caminhar para um desenvolvimento rural com crescimento, avanço tecnológico, e respeito à cultura, ao meio ambiente e à dignidade humana.

É fundamental compreender bem a existência, os objetivos, o funcionamento e os resultados de uma política pública, bem como a complexidade relacionada aos processos perpassados, para que seja possível propor alternativas capazes de tornar as ações do setor público (em cogestão com a sociedade) mais eficientes e equitativas. Cada política está inserida em uma modalidade e em uma arena, possui um ciclo, e uma diversidade de agentes ou atores envolvidos, o que indica que ainda há muito a ser analisado e sugerido para traçar novos rumos ao desenvolvimento nacional.

BIBLIOGRAFIA

CANÇADO, A. C.; SAUSEN, J. O.; VILLELA, L. E. Gestão Social versus gestão estratégica. In: TENÓRIO, F. G. (Org). **Gestão social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p 15-85.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (Contag). **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1>>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

COUTO, C. G.; ARANTES, R. B. Constituição ou políticas públicas? Uma avaliação dos anos FHC. **O Estado numa Era de Reformas: os anos FHC**. Brasília: ENAP, 2002.

CROUCH, M. L. *Biotechnology is not compatible with sustainable agriculture*. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*. Bloomington, set.1995. p 03-111.

DA VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 383-404, set./dez. 1996.

DELGADO, G. da C. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. p.51-90. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_2.pdf>. Acesso em: 15 abr.2009.

DYE, T. D. *Understanding Public Policy*. *Englewood Cliffs*, N.J.: PrenticeHall. 1984. EASTONE, D. *A Framework for Political Analysis*. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.

EMBRAPA. Balanço Social 2013. Brasília, 2014. 42 p. Disponível em:< <https://bs.sede.embrapa.br/2013/BalancoSocialEmbrapa2013.pdf>>. Acesso em: 26 jun. de 2021.

ELLIS, F. BIGGS, S. Evolving themes in rural development – 1950s-2000s. **DevelopmentPolicy Review**, 19 (4): 437-448, 2001.

FLORIANI, N; RIOS, F T; FLORIANI, D. Territorialidades alternativas e Hibridismo no mundo rural: resiliência e reprodução da socio biodiversidade em comunidades tradicionais do Brasil e Chile meridionais. In **Polis: revista latino-americana**, vol. 12, n 34, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/polis/v12n34/art05.pdf>.

FREI, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 211-259.

FREITAS, A. F. de; FREITAS, A. F. de; DIAS, M. M. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**, v. 46, n. 6, p. 1575-1597, 2012.

GENOVESE, C.; ARAÚJO, M; GENOVESE, L; OLIVEIRA, L. Agrotóxicos e o trabalhador rural: reflexões necessárias pelo prisma do movimento ciência, tecnologia e sociedade. *Latin American Journal of Development*, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 578-590, 2021.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 19-50.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KICKERT, W.; KLIJN, E.; KOPPENJAN, J. (org). **Managing Complex Networks: strategies for public sector**. London: SAGE Publications, 1997.

LASWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958

LINDBLOM, C. E. *The Science of Muddling Through*, **Public Administration Review** 19: 78-88. 1959.

_____. *Stil Muddling, Not Yet Through*, **Public Administration Review** 39: 517-526. 1979.

LOWI, T. *Four Systems of Policy, Politics, and Choice*. **Public Administration Review** 32: 298-310. 1972.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar. 1991.

MEAD, L. M. *Public Policy: Vision, Potential, Limits, Policy Currents*, fev.: 1-4. 1995.

NORTH, D. C. **Structure and change in economic history**. New York: Norton, 1981. 240 p.

PORTAL CARTA MAIOR. **Nova entidade tem aval de Lula para concorrer com a Contag**, 2004. Disponível em:< <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Nova-entidade-tem-aval-de-Lula-para-concorrer-com-a-Contag/2/1497>>. Acesso em: 12 agosto de 2016.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. **Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES**, 1997.

_____. Políticas públicas e políticas públicas no Brasil: conceitos básicos e achados empíricos. IN: **RUA, M. G.; CARVALHO, M. IV O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo, v. 15, 1998.

SANTOS, A. P.; SILVA, M. G. **Análise do processo de constituição das cooperativas de agricultura familiar e economia solidária em Minas Gerais**, 2014. Disponível em:<http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/images/documentos/Artigo%20UNICAFES%20REDE%20ITCP_30_01.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2016.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 29-58, 2006.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIMON, H. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID. 1957.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. A.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: Martins, J.S. (org.). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 198-224.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

STUMPF JR, W.; BALSADI, O. V. Políticas públicas e pesquisa para o desenvolvimento rural no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>>. Acesso em: 26 jun. de 2021.

TERLUIN, I. J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies**, Oxford, v. 19, p. 327- 344, 2003.

VITAL, T.; SAMPAIO, Y. **Política agrícola e agrária no Brasil: nova institucionalidade**. In: Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica, Recife, vols. 8 e 9, p.59-71, 2011/2012.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: Encontro Anual da ANPOCS, 20, Caxambu, 1996. Agricultura familiar: realidade e perspectivas, Passo Fundo, 1998. v. 3, p. 21-55.

ZIMMERMANN, S. A.; DE MEDEIROS, L. S.; QUINTANS, M. T. D. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Soc**